

Miséria recua, mas ainda atinge 43 mi

A pobreza caiu 19,8% entre 2003 e 2005, segundo dados da FGV

A proporção de pessoas que viviam abaixo da linha de pobreza caiu para 22,77% em 2005, segundo dados do Centro de Políticas Sociais da FGV (Fundação Getulio Vargas). Em 2002, essa participação era de 26,72%. Apesar da melhora, o País ainda tem 42,6 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, fixada em R\$ 121 de renda per capita. Segundo Marcelo Neri, economista da FGV, a receita da queda da miséria e da desigualdade verificada nos últimos anos não é sustentável.

A miséria caiu 14,8% no governo Lula, um resultado inferior ao verificado na primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso, quando a queda chegou a 23,02%. A análise do ritmo de queda anual, no entanto, revela um patamar similar. No mandato de Lula, a miséria caiu 5,2% ao ano, contra recuo de 5,1% no período de 1993 a 1998.

Para o economista, a combinação de programas de transferência de renda com aumento do salário mínimo não é uma receita eficaz. Não é uma trajetória sustentável, estamos aumentando os gastos fiscais, e a carga tributária é bastante alta para um País como o Brasil. A sociedade não agüenta mais imposto, que pressiona juros e trava o crescimento, disse.

Na avaliação de Neri, o aumento do mínimo é um instrumento de custo elevado no combate à pobreza e não atinge as pessoas mais pobres. Em 2005, os 50% mais pobres recebiam R\$ 123,47. O caminho para uma trajetória consistente de redução das diferenças entre os mais ricos e os mais pobres deveria passar por um aperfeiçoamento do Bolsa-Família, na avaliação do economista. A cada R\$ 1 gasto com o programa, você reduz duas vezes e meia mais do que o mesmo valor gasto com o aumento do mínimo.

A expansão do programa de transferência de renda não deveria ocorrer por meio de um aumento do número de beneficiados, e sim por uma melhora na qualidade dos cadastros para que os contemplados fossem realmente os mais pobres da população, segundo Neri. O economista considera o período de 2003 a 2005 como um segundo Plano Real, com aumento do emprego formal, redução da pobreza e da desigualdade. A melhora dos indicadores foi proporcionada pela combinação de inflação menor para os mais pobres, expansão do Bolsa-Família e alta do mínimo.

Neste período a miséria caiu 19,18% contra uma redução de 18,47% entre 1993 e 1995. A comparação entre os governos de Lula e Fernando Henrique mostra que o primeiro teve uma atuação mais voltada para os mais pobres, e o segundo, uma política benéfica para o conjunto da população.

FHC fez políticas mais horizontais, que afetaram todos os brasileiros. No final do governo criou programas de transferência que foram aprofundados no governo Lula, que se preocupou mais com os mais pobres. A grande vitória deste governo foi a continuidade da política econômica e social, disse.

As diferenças na apropriação da renda ainda são drásticas. Em 2005, os 50% mais pobres respondiam por 14,1% da renda no País. Já os 10% mais ricos representavam 45,1% da renda.

Os dados da FGV mostram ainda que a miséria nas metrópoles voltou a retroceder. Em 2005, ela recuou para 16,22%, mas ainda é maior do que em 1995, quando atingia 15,07% da população. Pode ser um indício de fim da crise das cidades, avalia o economista. A miséria rural manteve a trajetória de queda, mas ainda atinge 45,74% no campo.

Papel do mínimo

A análise do papel do salário mínimo no combate à pobreza é tema polêmico entre os economistas. Na avaliação da pesquisadora da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Lena Lavinas, a alta do mínimo atinge os brasileiros que ganham menos por meio da indexação de salários informais. Para ela, a consequência do abandono do mínimo seria a perda do poder de barganha dos trabalhadores mais pobres, em especial as mulheres.

Já Sonia Rocha, especialista em combate à pobreza, avalia que a política de alta do mínimo pode ter consequências negativas. Ela destaca o custo fiscal e também a eventual pressão por trabalhadores mais qualificados em cenário de maior crescimento econômico, o que pode resultar em maior diferença de salários com prêmio para os mais qualificados.

/td>